

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO DE SÃO PAULO
DETRAN-SP - UNIDADE DE ATENDIMENTO DE PERUÍBE

EDITAL DE LEILÃO N° 01/2015

O Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Regional, e este pelo Departamento Estadual de Trânsito de São Paulo – DETRAN-SP, em conformidade com o disposto no inciso I do artigo 22 e artigo 328 da Lei Federal nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 e alterações, com fulcro na Lei Federal nº 6.575, de 30 de setembro de 1978, Decreto Federal nº 1.305, de 09 de novembro de 1994, Decreto Estadual nº 13.325, de 7 de março de 1979, Decreto Estadual nº 57.870, de 14 de março de 2012, Resolução do CONTRAN nº 331, de 14 de agosto de 2009 e Portaria DETRAN nº 1.215 de 24 de junho de 2014, torna público que será realizado o leilão de veículos apreendidos por infração de trânsito, conforme contrato celebrado com o LEILOEIRO OFICIAL, credenciado e sorteado pela Comissão de Leilão da UNIDADE DE ATENDIMENTO DE PERUÍBE, que conduzirá a hasta pública assistido pela Comissão de Leilão do UNIDADE DE ATENDIMENTO DE PERUÍBE, sendo o evento redigido pelas normas gerais da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e alterações posteriores, no que couberem, para a alienação, pela melhor oferta individual de cada bem, no estado em que se encontram, dos lotes de veículos removidos e apreendidos nos depósitos sob tutela do DETRAN-SP, consoante as regras e disposições deste ato convocatório.

Cláusula Primeira – Do Leiloeiro

A Hasta Pública (Leilão Público) será conduzida e levada a efeito pela LEILOEIRA OFICIAL, Caroline de Sousa, matriculada sob o número 738, designada pela JUCESP, que se incumbirá de desenvolver o procedimento, nos dias, horário e locais, conforme preconizado neste Edital de Leilão e na Portaria DETRAN nº 938, de 24 de maio de 2006, e alterações posteriores.

Cláusula Segunda – Da Data, Horário, Local e Visitação

O Leilão será realizado na, R. Eulina Bittencourt, 172 – Estação , Peruíbe - SP. no dia 30 de março de 2015, com início dos trabalhos marcados para às 10:30 horas, conforme disposto abaixo:

2.1 – No dia 30 de março de 2015 serão colocados a venda os veículos recolhidos no, PÁTIO DE TRANSPORTE E GUINCHO CW SOLAR – TOTAL DE LOTES: 161, AVENIDA TANCREDO DE ALMEIDA NEVES, 2694 - BAIRRO CARAGUAVA - PERUÍBE (sem e com direito à documentação).

2.2 - A VISITA ao pátio, situado na , AVENIDA TANCREDO DE ALMEIDA NEVES, 2694 - BAIRRO CARAGUAVA - PERUÍBE, **PARA INSPEÇÃO VISUAL** dos veículos, poderá ser feita pelos interessados no horário de 09h às 12h e 14h às 16 h, no dia 23 de março de 2015.

Cláusula Terceira – Do Objeto

Os objetos deste processo de Leilão são veículos removidos e apreendidos em depósitos, discriminados individualmente no ANEXO ÚNICO deste edital, no qual também constará a sua condição (veículo com direito a documentação, veículo em fim de vida útil sem direito a documentação destinado para desmonte e sucata veicular sem direito a documentação e destinado para reciclagem).

3.1 - É assegurado a todo interessado o direito de inspecionar, visualmente, todos os veículos automotores, nos dias e horários indicados na Cláusula Segunda, subitem 2.2, pelo que ninguém poderá, posteriormente, alegar qualquer desconhecimento do estado de conservação dos bens, objetos do presente leilão.

3.2 - No anexo único deste edital será indicada a situação atual de cada veículo, especificando a classificação do veículo.

3.3 - O veículo considerado COM DIREITO À DOCUMENTAÇÃO poderá voltar a circular, desde que o arrematante tome todas as providências necessárias, no prazo e forma exigidos no Código de Trânsito Brasileiro, para colocá-lo novamente em circulação.

3.3.1 - Os veículos considerados EM FIM DE VIDA ÚTIL PARA DESMONTE E SUCATA VEÍCULAR PARA RECICLAGEM **NÃO** poderão voltar a circular, devendo ser baixados conforme estabelecido no subitem 5.6.

3.4 - Foram excluídos deste processo, em razão de inconformidades apresentadas durante o levantamento dos bens a serem leiloados, os lotes que seguem: 1833, 1834, 1836, 1837, 1839, 1846, 1847, 1851, 1855, 1858, 1860, 1862, 1863, 1864, 1870, 1873, 1876, 1880, 1881, 1886, 1887, 1888, 1890, 1891, 1893, 1901, 1902, 1904, 1906, 1907, 1908, 1917, 1918, 1922, 1925, 1927, 1928, 1931, 1932, 1936, 1938, 1939, 1941, 1942, 1946, 1953, 1954, 1959, 1960, 1963, 1967, 1968, 1969, 1980, 1982, 1984, 1985, 1989, 1998, 2010, 2014, 2017, 2031, 2049, 2067, 2069, 2076, 2077, 2081, 2091, 2092, 2096, 2103, 2116, 2117, 2118, 2121, 2139, 2160, 2163.

Cláusula Quarta – Do Procedimento e da Arrematação

Nos locais, horários e dias aprezados, o LEILOEIRO OFICIAL dará início aos trabalhos, procedendo-se ao pregão, obedecida a ordem dos veículos ou lotes de veículos especificados no ANEXO ÚNICO deste edital, para se aferir a melhor oferta.

4.1 - Será considerada arrematante a pessoa natural ou jurídica, que oferecer pelo veículo ou pelo lote de veículos o lance de maior valor.

4.2 - Na sucessão de lances, a diferença entre o valor de cada um não poderá ser inferior ao percentual ou à quantia fixa indicada pelo LEILOEIRO OFICIAL no início da arrematação de cada bem ou do lote de bens.

4.3 - O licitante, ao arrematar um bem ou um lote de bens, deverá assinar o boleto de arremate, sacramentando a venda do lote, que não poderá voltar ao pregão.

4.3.1 - O bem ou lote de bens não arrematados será devolvido ao acervo para ser novamente apregoado pelo LEILOEIRO OFICIAL, no mesmo evento, imediatamente após o pregão do último bem ou lote de bens constantes do ANEXO ÚNICO deste edital.

4.4 - Os veículos ou lotes de veículos serão ofertados para pagamento à vista.

4.4.1 - O arrematante deverá efetuar os pagamentos de acordo com o estabelecido pela Portaria DETRAN nº 938, de 24 de maio de 2006 (Artigo 26, II e III), e alterações posteriores.

a - O arrematante deverá arcar com a taxa de preparação de leilão para veículos com DIREITO À DOCUMENTAÇÃO e EM FIM DE VIDA ÚTIL PARA DESMONTE, de até 5 (cinco) UFESP por lote arrematado.

4.4.2 - O arrematante deverá deixar com o LEILOEIRO OFICIAL, em garantia, um cheque no valor de 25% do bem arrematado, que o restituirá, tão logo seja constatado o efetivo na conta do Estado, ocasião em que será emitida a Nota Venda.

4.4.3 - O Leiloeiro fornecerá ao arrematante um recibo provisório válido até a data da emissão da Nota de Venda mencionada no subitem anterior.

4.4.4 - A título de comissão de leiloeiro, o arrematante deverá efetuar o pagamento do valor de 5%, calculado sobre o valor total do preço ofertado, em moeda corrente ou por meio de cheque comum ou administrativo, nominativo ao LEILOEIRO OFICIAL.

4.5 - Após o pagamento do preço ofertado, conforme estabelecido no subitem 4.4.1, o LEILOEIRO OFICIAL emitirá a(s) Nota de Venda correspondente(s) na(s) qual(is) deverá constar:

a - se pessoa natural, o nome completo do arrematante, o número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas – CPF, o número da Carteira de Identidade, o endereço completo, indicando o nome e o número do logradouro, o bairro, a cidade, o Estado e o Código de Endereçamento Postal – CEP;

b - se pessoa jurídica, a razão social da empresa arrematante, o número de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ, o endereço completo da sede social, indicando o nome e o número do logradouro, o bairro, a cidade, o estado e o Código de Endereçamento Postal – CEP.

4.6 - Os pagamentos devidos pelo arrematante, indicados nos subitens 4.4 e 4.5 acima, no caso de veículos arrematados com direito à documentação, deverão ser efetuados mediante a prévia apresentação dos seguintes documentos:

4.6.1 - sendo pessoa natural:

- Cédula de identidade;
- Inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas – CPF;
- Comprovante de endereço;

4.6.2 - sendo pessoa jurídica:

- Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ;
- Comprovante de endereço.

4.6.3 - Os documentos acima indicados poderão ser apresentados por qualquer processo de cópia, desde que devidamente autenticadas por cartório competente ou publicação em órgão da imprensa oficial, ou ainda em original acompanhados de cópia para autenticação pelo LEILOEIRO OFICIAL.

4.6.4 - O documento de quitação de débitos ou taxas disponibilizados pela internet somente será aceito após a confirmação pela Secretaria Fazenda do Estado de São Paulo, que ocorrerá on-line e conferências dos dados constantes do documento apresentado.

4.7 - Os pagamentos efetuados conforme estabelecido no item 4 e seus subitens, apenas serão considerados realizados, após a respectiva constatação do depósito.

4.8 - O leilão será realizado no local estabelecido na cláusula segunda deste ato convocatório, pelo LEILOEIRO OFICIAL, com a lavratura da ata, da qual devem constar o valor pelo qual cada um dos bens ou lotes de bens foi arrematado, o nome do licitante vencedor e sua qualificação completa, além de todas as principais ocorrências do leilão (fatos relevantes).

4.9 - A ocorrência de insuficiência de fundos, em relação aos cheques recebidos para quaisquer pagamentos relativos ao leilão, bem como a não apresentação dos documentos exigidos neste edital, sujeitará o arrematante às penalidades previstas nos art. 87 e seguintes da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e alterações posteriores.

4.10 - O LEILOEIRO OFICIAL, logo após a realização do pregão, deverá emitir relatório circunstanciado (a conta) à Comissão de Leilão, o qual, verificado sua regularidade e aspectos legais, o submeterá à apreciação do Presidente da Comissão de Leilão.

4.11 - O LEILOEIRO OFICIAL deverá comunicar ao DETRAN-S, em até 5 (cinco) dias úteis a contar da realização do leilão, o destino de cada bem arrematado como veículo em fim de

vida útil e sucata veicular, por intermédio de sistema a ser desenvolvido e disponibilizado pelo DETRAN-SP.

Cláusula Quinta – Da Entrega, Transferência e Baixa dos Veículos

A Nota de Venda somente será entregue após o pagamento integral do preço do bem ou do lote de bens, conforme estabelecido nos subitens 4.4, 4.4.1, 4.4.2, 4.4.3 e 4.4.4.

5.1 - Da Nota de Venda deverão constar as características completas do bem ou do lote de bem arrematado (a marca e o modelo, a placa, o ano do modelo e o ano de fabricação, a cor do veículo, o código do RENAVAM e a seqüência alfa numérica do chassi), a classificação do bem ou do lote de bens (veículo com direito a documentação, em fim de vida útil para desmonte e sucata veicular para reciclagem), a identificação do arrematante (se pessoa natural), o nome completo do arrematante, o número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas – CPF, o número da Carteira de Identidade, o endereço completo, indicando o nome e o número do logradouro, o bairro, a cidade, o Estado e o CEP, e se pessoa jurídica, a razão social da empresa arrematante, o número de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ, o endereço completo da sede social, indicando o nome e o número do logradouro, o bairro, a cidade, o Estado, o CEP, e o valor da arrematação.

5.2 - De posse da Nota de Venda, o arrematante do veículo EM FIM DE VIDA ÚTIL PARA DESMONTE deverá contatar um funcionário do pátio de apreensão para agendar a retirada do lote arrematado:

a – até 06 de março de 15, o(s) veículo(s) compreendido(s) dos lotes de número 365 a 2164, após suprimida a numeração do chassi, retirada das placas e apresentação das fotos de cada lote referente ao serviço executado;

b - a liberação dos lotes mencionados no item anterior iniciará em 07 de março de 2015, depois da realização dos procedimentos especificados.

5.2.1 - Em se tratando de **SUCATA VEICULAR PARA RECICLAGEM**, baixados conforme o subitem 5.6:

NÃO HÁ LOTES.

5.2.2 - Os veículos **COM DIREITO À DOCUMENTAÇÃO** só serão liberados após a expedição do CRV em nome de seus respectivos arrematantes, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias após o pregão.

5.3 - Os arrematantes dos veículos leiloados nas modalidades EM FIM DE VIDA ÚTIL PARA DESMONTE e SUCATA VEICULAR PARA RECICLAGEM deverão cumprir os prazos acima determinados, sob pena de sujeitarem-se ao pagamento de diárias referentes aos dias subsequentes.

5.4 - Os leiloeiros, no início da hasta pública, deverão ressaltar que decorrido o prazo de 30 dias, contados da data de recebimento da Nota de Venda, sem que o arrematante tenha providenciado, ou ao menos agendado, a retirada do bem ou do lote de bens do PÁTIO, o arrematante será considerado desistente e perderá, em favor do Estado de São Paulo, o valor integral pago pela arrematação e a comissão do LEILOEIRO OFICIAL, bem como o direito à adjudicação do bem ou do lote de bens arrematados, que permanecerá sob a custódia do Estado de São Paulo para ser leiloadado em outra oportunidade.

5.5 - O arrematante será obrigado, nos termos da legislação de trânsito vigente, na hipótese de se tratar de veículo com direito a documentação, que poderá voltar a circular, a promover a sua transferência, obedecido o prazo de 30 (trinta) dias, contados da expedição da Nota de Venda, atendidos às demais exigências legais (art. 123 da Lei Federal Nº 9.503, de 23 de setembro de 1997). Todavia deverá ocorrer sempre antes da retirada do veículo do pátio de remoção.

5.6 - Na hipótese de se tratar de SUCATA VEICULAR PARA RECICLAGEM, que **NÃO** poderá voltar a circular, a BAIXA, será requerida pela Autoridade de Trânsito, nos termos do Decreto Federal nº 1.305, de 09 de novembro de 1994 e Resolução do CONTRAN nº 179, de 07 de julho de 2005.

Cláusula Sexta – Das Disposições Finais

Nos termos do Art. 9º, inciso III, da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, os servidores públicos lotados no DETRAN, na Polícia Civil e na Polícia Militar do Estado de São Paulo e, no caso do serviço público ser delegado, a concessionária, permissionária ou autorizada e seus contratados, não poderão participar do Leilão na condição de arrematantes.

6.1 - Fica terminantemente proibida, após a publicação do Edital em Diário Oficial, Jornal de Grande Circulação ou no *site* do DETRAN-SP, a mudança seqüencial dos lotes na realização do pregão, sob pena de cancelamento da venda. Os lotes **DEVERÃO** ser leiloados em ordem crescente, sendo **primeiramente** leiloados *TODOS* os veículos que serão *sucata veicular sem direito a documentação e destinados para reciclagens/compactados*, posteriormente os veículos *com direito à documentação* e, em seguida, veículos *sem direito à documentação, destinados para o desmonte*, independentemente da quantidade de pátios.

6.1.1 – O veículo leiloadado **sucata veicular sem direito à documentação e destinado para reciclagem/compactado** terá sua estrutura totalmente descaracterizada e inutilizada, com confirmação mediante fotos digitais; o CD, contendo as fotos, deverá ser encaminhado ao setor de Pátios e Leilões para proceder a *'baixa permanente'* no sistema PRODESP.

6.1.2 – O veículo leiloadado **sem direito à documentação** terá a numeração do chassi parcialmente suprimida, permanecendo somente os quatro últimos números, bem como terá as placas retiradas e cortadas, procedimentos estes efetuados sob a responsabilidade de pessoal contratado pelos arrematantes, pelo leiloeiro ou pelo Órgão de Trânsito, no pátio de

apreensão, com confirmação mediante fotos digitais; o CD contendo essas fotos deverá ser encaminhado ao setor de Pátios e Leilões para proceder a **'baixa permanente'** no sistema PRODESP. É estritamente **vedada** a utilização destes veículos para circulação em **via pública**.

6.1.3 – O veículo relacionado **com direito à documentação**, não arrematado na hasta pública, passará a compor o último lote de veículos relacionados **em fim de vida útil para desmonte**. O mesmo procedimento é utilizado para os lotes relacionados **em fim de vida útil para desmonte**, ou seja, o veículo não arrematado passará a compor o último lote dos veículos já arrematados **como sucata veicular destinada para reciclagem**.

6.1.4 – O leiloeiro, depois de concretizados os pagamentos dos débitos dos veículos leiloados **com direito à documentação**, deverá enviar, imediatamente, as notas de venda à unidade de atendimento, para ser processada a baixa dos bloqueios/restrições que possam impedir a regularização dos documentos.

6.1.5 – Qualquer ônus pecuniário ocasionado por atraso na emissão da Nota de Venda, no pagamento estabelecido no item 4.4.1 ou pagamento das taxas vinculadas à expedição do novo CRV será suportado pelo causador do evento.

6.1.6 – Os veículos leiloados **com direito à documentação somente** serão retirados do pátio **após** a devida transferência e/ou registro dos bens aos arrematantes, que deverão obrigatoriamente ser efetuados **no âmbito do Estado de SÃO PAULO**.

6.1.7 – Os veículos **com direito à documentação** serão leiloados no estado em que se encontram, sendo de inteira responsabilidade do arrematante a sua regularização, conforme legislação vigente.

6.1.9 – Os lotes (não há) serão leiloados como sucata veicular destinada para reciclagem e deverão ser submetidos ao processo de descontaminação, ou seja, os fluídos lubrificantes, combustíveis e fluídos de arrefecimento deverão ser retirados, sendo vedado qualquer tipo de contaminação do solo. Esse processo deverá ser registrado por foto e entregue ao encarregado do pátio. Estes procedimentos deverão ocorrer no interior do Pátio onde os veículos estão apreendidos. Os veículos compactados deverão ser retirados do pátio no prazo máximo de **30 (trinta) dias úteis após o pregão**.

6.1.10 – As Empresas interessadas na aquisição dos lotes destinados para sucata veicular para reciclagem, vendidos por peso, deverão ser credenciadas no DETRAN-SP, nos termos da Portaria DETRAN nº 1215/14, comprovando que possuem condições de efetuar todos os procedimentos necessários para que o produto final da operação (pedaços de metal) não ultrapasse o tamanho de 100 cm de comprimento e 40 cm de largura/espessura. Só estarão aptas a participar do leilão as empresas que constarem na lista disponibilizada no portal do DETRAN-SP até a véspera do pregão.

6.1.11 – Os veículos leiloados em fim de vida útil para desmonte somente serão arrematados

por pessoa jurídica, vinculadas ao comércio de peças automotivas, credenciadas no DETRAN-SP, nos termos da Portaria DETRAN nº 1215/14, cuja lista estará disponível no portal deste Departamento de Trânsito. Esses veículos são destinados exclusivamente para o reaproveitamento e revenda de suas peças, portanto deverão ser totalmente desmontados. Caso algum lote arrematado seja reutilizado para circulação em via pública, a Empresa responsável por sua compra e/ou revenda terá seu credenciamento suspenso e não poderá participar dos leilões do DETRAN-SP, enquanto perdurar essa situação. Só estarão aptas a participar do leilão as empresas que constarem na lista disponibilizada no portal do DETRAN-SP até a véspera do pregão.

6.1.12 - O pregão deverá ser realizado no município da unidade de atendimento na qual se localiza o pátio. No caso de leilões de unidades de atendimento em conjunto, o leilão será realizado na unidade de atendimento definida pelas comissões de leilão.

6.1.13 - Os lotes deverão ser identificados por meio de etiquetas autoadesivas contendo o número do Edital e do respectivo lote.

6.2 - O ato de arrematação não gera crédito de ICMS.

6.3 - A descrição do bem ou do lote de bens sujeitar-se-á a correções que poderão ser apregoadas no momento do leilão, para suprir omissões ou eliminar distorções, acaso verificadas.

6.4 - Os prazos aludidos na cláusula quinta deste EDITAL, só se iniciam e vencem em dias de expediente normal no DETRAN-SP.

6.5 - Nos termos da Resolução CONTRAN nº 331, de 14 de agosto de 2009, e Portaria DETRAN nº 938, de 24 de maio de 2006, o produto arrecadado com a venda dos veículos no leilão destina-se ao pagamento dos débitos pendentes sobre o veículo,

6.6 - Resgatado o débito fiscal, havendo insuficiência de numerário para a liquidação dos demais débitos, o DETRAN-SP mantê-los-á em registros apartados, à disposição dos respectivos órgãos autuadores credores que deverão proceder à inscrição do débito remanescente, em nome da pessoa que figurar na licença do veículo como ex-proprietária.

6.7 - Após a liquidação dos débitos, havendo eventual saldo remanescente, ficará depositado na conta do DETRAN-SP, à disposição da pessoa, física ou jurídica, que, na licença do veículo, figurar como ex-proprietário, que será notificada para credenciar-se junto ao DETRAN-SP, para recebimento do saldo.

6.8 - Serão feitos o registro, a matrícula ou a licença do veículo adquirido em leilão em nome do adquirente, independentemente de prova do pagamento do imposto vencido e dos acréscimos legais devidos antes da alienação, continuando o ex-proprietário responsável pelos débitos até então contraídos.

6.8.1 - As despesas decorrentes do novo registro serão efetuadas por conta do adquirente.

6.9 - A participação de qualquer interessado no leilão implica no conhecimento e plena e irrevogável aceitação dos termos e condições constantes do presente edital e de seus anexos.

6.10 - Qualquer um dos bens ou lotes de bens, indicados no ANEXO ÚNICO deste EDITAL, poderá ser excluído do leilão, caso haja eventual cadastramento de bloqueio de transferência ou ordem judicial superveniente a publicação do EDITAL.

6.11 - Todas as despesas com a retirada do PÁTIO e transporte do veículo arrematado são de responsabilidade exclusiva do arrematante.

6.12 - Todos os licitantes que participarem do leilão estarão sujeitos às penalidades previstas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, sem prejuízo de outras indicadas em leis específicas.

6.13 - Impugnações ao Edital de Leilão deverão ser apresentadas por escrito e deverão ser dirigidas ao Diretor de Educação para o Trânsito e Fiscalização do DETRAN-SP, por intermédio da Comissão de Leilão, no prazo e em conformidade com o previsto nos parágrafos 1º e 2º do Art. 41 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

6.14 - Cópias deste EDITAL poderão ser acessadas e copiadas pelos interessados através do site www.detransp.gov.br, informações adicionais poderão ser obtidas diretamente com a Comissão de Leilão da UNIDADE DE ATENDIMENTO DE PERUÍBE, no endereço da RUA PROFESSORA TEREZINHA RODRIGUEZ KALIL,667, VILA ISOLINA – PERUÍBE/ SP, em dias úteis, no horário das 8.00 às 17.00 horas de segunda a sexta - feira.

6.15 - Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão de Leilão do DETRAN-SP, junto à unidade de atendimento de Guarujá.

6.16 - Fica eleito o foro da comarca de PERUÍBE para discussão de eventuais litígios oriundos da presente licitação, com renúncia de qualquer outro, ainda que mais privilegiado.

Peruíbe, 19 de janeiro de 2015

Bruno Paulo de Oliveira Correia

Presidente da Comissão de Leilão